Informativo CNI
Ano 2 • Número 12 • dezembro de 2015 • www.cni.org.br

Ministro da produção anuncia o fim das DJAI 3
Cresce dívida de importadores argentinos no exterior 4
Regime de exceção de bens de capital é prorrogado 5

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Novo presidente da Argentina toma posse

No dia 10 de Dezembro, tomou posse o novo presidente eleito da Argentina Mauricio Macri. Seu discurso ante a Assembleia Legislativa teve como objetivo principal mostrar que haverá uma mudança importante nas políticas de governo nos próximos anos.

Em seu discurso, Macri solicitou a união dos argentinos e convocou sua equipe a trabalhar para resolver os problemas herdados do governo anterior, considerado muito centralizador.

Em matéria econômica, o mercado esperava com ansiedade que o novo presidente fizesse algum anúncio mais específico em seu discurso, mas as autoridades consideraram que não era o momento nem o âmbito adequado para lançar planos econômicos pontuais. Apenas reforçou os grandes direcionamentos de seu governo, feitos em sua campanha eleitoral, como por exemplo, prioridade para o combate a pobreza, plano de infraestrutura como motor para criação de emprego, etc.

Logo após a posse, o novo governo tem trabalhado na construção de um plano político que reforce sua governabilidade. O presidente reuniu-se com os principais representantes da oposição, começando pelos outros candidatos que concorreram às eleições presidenciais. Também realizou reuniões com os governadores, além de buscar diálogo com a Igreja e com a Corte Suprema do país.

Macri também mostrou maior aproximação com o setor privado ao anunciar uma redução nas tarifas de exportações de diversos produtos agropecuários e ao participar da Conferência Industrial promovida pela União Industrial Argentina (UIA), oportunidade em que buscou a aprovação e a mudança de expectativas dos principais setores empresariais.

Essas gestões vêm sendo realizadas em paralelo à utilização de uma ferramenta para fazer frente à minoria do Executivo no Parlamento Bicameral. No dia 16 de dezembro, cinco dias após a posse, foram firmados "29 Decretos de Necesidad y Urgencia" (DNU) - mecanismo semelhante às Medidas Provisórias no Brasil - suspendendo sessões extraordinárias do Congresso até março de 2016 para ganhar espaço para a elaboração de projetos que possam contar com o apoio das diferentes correntes políticas.

Neste conjunto de Decretos foram incluídas medidas econômicas anunciadas na campanha como a suspensão do controle cambial (cepo al dólar), a eliminação do imposto de exportação sobre trigo e milho, a redução das taxas sobre as vendas de soja e outras institucionais como a reorganização ministerial[1].

[1] http://www.telesurtv.net/news/Macri-inicia-gestion-con-29-decretos-de-necesidad-y-urgencia-20151214-0044.html
Ver também El Economista Jueves, 7 de Enero de 2016 "Macri abre la puerta al mercado en su primer mes en el Gobierno argentino" Carmen Estirado de Buenos Aires.

NOVA EQUIPE ECONÔMICA

Com o início do novo governo, a equipe econômica foi completamente reformulada. Os principais integrantes da nova equipe econômica (complementando informações publicadas em Informe anterior) que farão parte do gerenciamento de Mauricio Macri estão listados abaixo:

Marcos Peña
Chefe de Gabinete

Secretário Geral do Governo da Cidade de Buenos Aires, membro fundador do PRÓ. Principal acessor de Mauricio Macri e chefe de campanha presidencial. Deputado na Legislatura da Cidade de Buenos Aires entre 2003 e 2007. Formado em Ciência Política e Governo (Universidade Torcuato Di Tella).

Alfonso Prat Gay
Ministro da Fazenda e Finanças

Foi presidente do Banco Central da Argentina no período de 2002 a 2004. Trabalhou na JP Morgan em Nova York, Londres e Buenos Aires, chegando ao cargo Diretor de Estratégia de Câmbio em Londres. Entre 2009-13 elegeu-se deputado pela Coalizão Cívica – ARI. Graduado em Economia pela Universidade Católica Argentina e Mestre em Economia pela Universidade da Pensilvania.

Francisco Cabrera
Ministro da Produção

Ministro de Desenvolvimento Econômico na cidade de Buenos Aires desde 2007. Idealizou a criação do Distrito Tecnológico de Parque dos Patricios (2008) e o Distrito Audiovisual (2011). Preside a Fundação Pensar, que funciona como um Think Tank de políticas públicas do PRO, desde seu relançamento em 2012, É engenheiro elétrico e eletrônico pela Universidade de Mendoza.

Ricardo Buryaite
Ministro da Agricultura
Deputado reeleito (2013-2017) pela província de Formosa. Atualmente, integra as Comissões de Orçamento e Fazenda; Agricultura e Pecuária; Relações Exteriores; e Finanças. Foi candidato para a prefeitura da capital de Formosa nas últimas eleições. Foi presidente da Sociedade Rural Pilcomayo (2005-2009), vice-presidente da Confederação Rural Argentina - CRA (2007-2009) e presidente da Sociedade Rural de Chaco e Formosa (2004-2006). É Contador Público pela Universidade Católica Argentina.

Federico Sturzenegger
Presidente do Banco Central

É atualmente deputado (PRÓ). Foi presidente do Banco Cidade (2008-13), reestabelecendo a solvência da instituição em seu mandato. Foi Economista Chefe da YPF. Graduado em Economia pela Universidade Nacional de La Plata e PhD em Economia pelo MIT.

Ministro da produção anuncia o fim das DJAI

Uma das promessas do novo presidente da Argentina, Mauricio Macri, foi a de acabar com o controle cambial e reunificar o mercado de câmbio. A eliminação das restrições cambiais foi anunciada no dia 16 de dezembro de 2015.

A partir da liberação do mercado de câmbio a expectativa era de que a nova administração trabalharia em um mecanismo que permitisse eliminar gradualmente as diversas normas (tanto escritas como "não-escritas") que atualmente limitam as importações argentinas. A tarefa ficou sob a responsabilidade do Ministro da Produção, Francisco Cabrera, e, mais precisamente, ao encargo do Secretario de Comércio Exterior, Miguel Braun e da subsecretária Leila Nazer.

Um fator influenciou essa promessa. De acordo com as recomendações do Grupo Especial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Argentina deveria modificar seu esquema de restrições às importações, principalmente as Declarações Juradas Antecipadas de Importação (DJAI), até o dia 31 de dezembro de 2015.

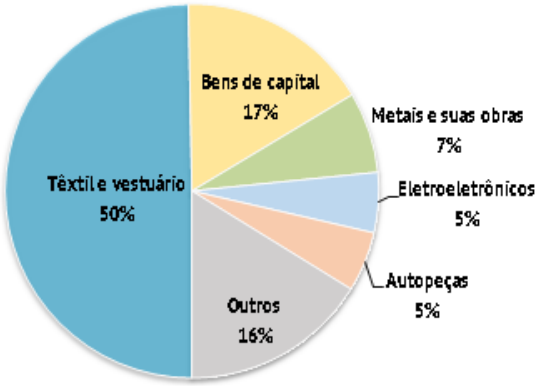
A mudança

No dia 14 de dezembro, o Ministro da Produção confirmou que as DJAIS seriam substituídas por um Sistema Integral de Monitoramento de Importações (SIMI) que contemplaria a emissão de licenças automáticas, aplicadas a aproximadamente 18.000 produtos definidos como insumos (essas licenças devem ser aprovadas automaticamente em no máximo 10 dias e serão utilizadas para monitoramento do comércio), e de licenças não automáticas, que seriam aplicadas sobre cerca de 1.300 produtos considerados sensíveis.

Essas licenças, de acordo com o estabelecido pela OMC, não podem demorar mais de 60 dias para sua aprovação, devem ser elaboradas com base em normas e requisitos técnicos, acordados previamente com os representantes dos setores e organismos específicos. No dia 22 de dezembro, confirmando o anúncio do ministro, o sistema foi aprovado por meio de resolução[2] da Administração Federal de Ingressos Públicos (AFIP).

O novo sistema busca retomar um esquema similar ao que existia antes das DJAI, mas com maior previsibilidade e celeridade. Vale destacar que com a seleção de um determinado grupo de produtos sensíveis do novo sistema, o alcance das licenças não automáticas se limita a 1.300 produtos e atingirá um universo menor do que atingiam as DJAI. Ou seja, o resultado final será um maior grau de abertura do comércio exterior.

Incidência das novas licenças não automáticas por setor



Fonte: ABECEB

Outro aspecto que gerou boa aceitação por parte do empresariado foi a eliminação da exigência de apresentação do "Plano de Investimentos, emprego, produção e comércio", que solicitava diversas informações aos importadores desde 2014 (requisito não obrigatório, formalmente, mas necessário para obtenção da permissão, na prática). O sistema foi considerado "abusivo" pelo novo governo, dado que obrigava as empresas a apresentar informação sobre sua estrutura de custos e preços.

O ano de 2016 é visto como um ano de transição para a economia argentina, quando os ajustes macroeconômicos devem levar a uma contração da atividade econômica da ordem de 0,3%. Com a menor atividade econômica somada a grande desvalorização da moeda argentina, a previsão é que não haja um aumento substancial das importações.

[2] http://www.triviasp.com.ar/files/rafip3823.html

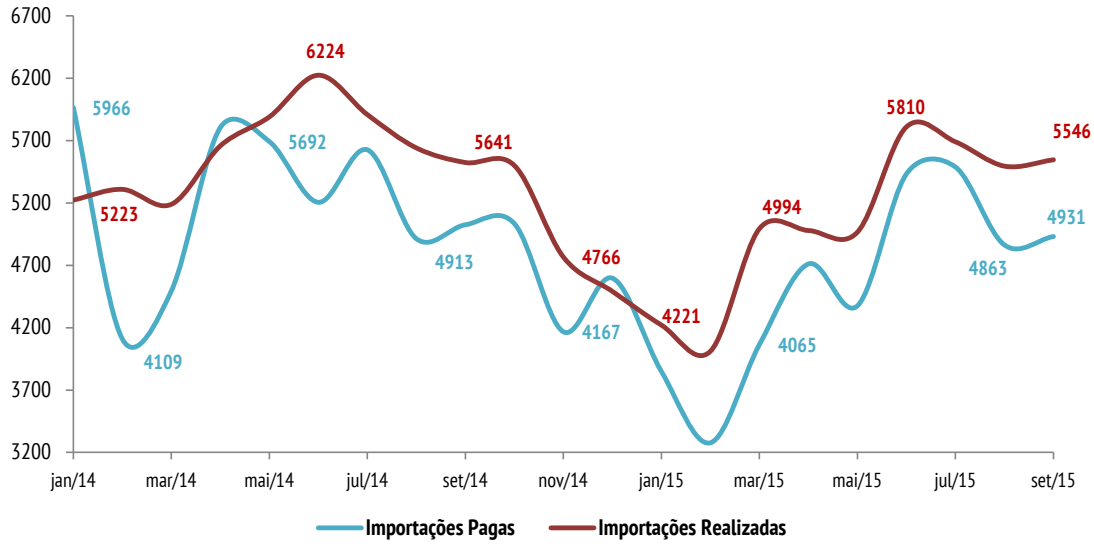
Cresce dívida de importadores argentinos no exterior

Com registros semelhantes desde o ano de 2014, as estatísticas do terceiro trimestre de 2015 mostram diferenças nos valores de importações realizadas em relação às importações pagas.

Este dado evidencia a existência de uma crescente dívida dos importadores, dadas as dificuldades para obter a autorização do Banco Central da República Argentina (BCRA) para adquirir divisas para efetuar pagamentos ao exterior. Este passivo é uma das heranças que a equipe econômica do novo presidente deverá administrar.

Nos primeiros nove meses do ano as importações realizadas acumulam um valor de US$ 45,7 bilhões. No entanto, os pagamentos associados a essas importações atingem apenas US$ 40,9 bilhões, um déficit de mais de US$ 4,7 bilhões. Se somado ao valor acumulado de 2014, o déficit entre as importações efetivadas e as pagas chega a aproximadamente US$ 9,4 bilhões.

Importações argentinas: realizadas vs pagas
Valores em USD milhões



Fonte: ABECEB com base em INDEC e BCRA

Apesar de não haver dados disponíveis para o cálculo da dívida a partir do mês de setembro, o agravamento das dificuldades para o acesso às divisas nos meses de outubro e novembro indicaria que a situação seguiu a mesma tendência.

Desafios para a nova administração

Com base na complexa situação que as empresas importadoras estão enfrentando, o desafio de sanar as dívidas com fornecedores recairá sobre a nova equipe econômica, que já tem começado a trabalhar em alternativas.

A alternativa que se entende como mais viável envolveria um cronograma de pagamentos com um período inicial de carência, o que ajudaria a Argentina a recuperar o baixo nível de reservas com que conta atualmente. Esta alternativa procura reduzir a incerteza das matrizes e evitar maiores tensões no relacionamento com fornecedores.

Outra alternativa seria a de oferecer aos credores um título de curto prazo em dólares do Tesouro Argentino. No entanto, a nova administração ainda não se manifestou sobre o assunto. Os empresários seguem na expectativa de uma solução para o problema.

Regime de exceção de bens de capital é prorrogado

Na reunião de Cúpula de Presidentes do MERCOSUL realizada em julho de 2015, a Decisão do Conselho de Ministros Nº. 25 prorrogou até 31 de dezembro de 2021, a autorização aos Estados Parte para importar bens de capital com um imposto reduzido de 2%. Cada membro do MERCOSUL pode elaborar sua lista de bens que serão beneficiados com a redução.

A norma ainda não se encontrava em vigor, dado que a Argentina não a tinha incorporado em seu ordenamento jurídico. Em novembro, por meio do decreto 2271/15 a Decisão foi formalizada e a Argentina publicou a listagem completa dos produtos incluídos no regime[3] .

Cabe recordar que o regime especial de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC), permitiu que no ano 2001 a Argentina pudesse baixar os impostos de uma lista de bens de capital a 0% com o objetivo de reduzir seu custo de aquisição no marco da crise que atravessava a economia argentina. Esta possibilidade de redução do imposto era conhecida como "waiver" de bens de capital para a Argentina. Posteriormente, o regime foi estendido aos demais sócios do MERCOSUL, que propuseram suas listas nacionais.

A prorrogação do regime para 2021 está em linha com os prazos estabelecidos para outros regimes de exceção do MERCOSUL, o que evidencia a falta de avanço na definição de políticas comerciais comuns. Destaca-se que no marco de um contexto econômico difícil para a maioria dos países integrantes, a eliminação de tais perfurações à TEC não tem contado com prioridade na agenda interna do bloco.

[3] *Os anexos podem ser consultados no seguinte link: http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/250000-254999/254829/dec2271.pdf*

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES | Publicação mensal Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT Gerente Executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe Técnica: Bruno Moraes, Eduardo Alvim, Fabrizio Panzini, e Lucia Maduro | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Supervisão Gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado a partir de informações da ABECEB com dados entre os dias 17 de novembro a 22 de dezembro de 2015.